

Clandestinidade na educação

Sindicato dos Estabelecimentos Particulares de Ensino alerta sobre a existência de escolas irregulares

Fernanda Lambach
de Brasília

A clandestinidade é um perigo para a formação de crianças e adolescentes matriculados em escolas particulares do Distrito Federal, que não estão credenciadas ou autorizadas pelo Departamento de Inspeção de Ensino (DIE) da Secretaria de Educação a funcionar. O presidente do Sindicato dos Estabelecimentos Particulares de Ensino (Sinepe), Cláudio Vieira Baptista, encabeça campanha na televisão e denuncia que de um total de 500 escolas particulares existentes no DF, pouco mais de 200 estariam legalizadas.

“A maior parte das clandestinas estão nas satélites, são escolas de fundo de quintal que não passaram pelo crivo da secretaria. Cabe às famílias exigirem o número de reconhecimento da escola onde vão matricular os filhos”, declara Baptista. De acordo com ele, uma criança pode perder todo o período em que esteve estudando numa escola clandestina.

A diretora do Departamento de Inspeção de Ensino, Leila de Fátima Pavanelli Martins, diz que os números da Secretaria de Educação são outros. Segundo ela, existem 352 escolas regulares e o número de clandestinas não chegaria a 10% deste total.

“Recebemos muitas denúncias e vamos atrás de todas. Os donos de escolas regulares que passaram pelo processo doloroso de ter as instalações físicas e todos os documentos organizacionais rigorosamente inspecionados denunciaram sempre as escolas que funcionam à revelia do sistema”, garante Leila.

Lago Sul

Esta semana a mesma equipe de inspeção esteve no Lago Sul para checar o funcionamento de um estabelecimento de ensino que tem apenas 12 alunos e funciona em área residencial. Os diretores terão que providenciar a legalização da escola em um mês. Caso isso não aconteça, não poderão abrir matrículas para o ano 2000.

Segundo Baptista, os problemas que mais preocupam o Sinepe são a presença de escolas com instalações físicas impróprias ou não-adaptadas para os alunos, sem plano pedagógico definido, que muitas vezes contratam professores sem carteira de trabalho assinada. Em geral, boa parte destas instituições demitiriam professores em dezembro para só readmiti-los no mês de fevereiro.

Outro problema grave seria a presença de diretores sem qualquer formação na área de Educação, conduzindo o processo de construção do aprendizado de crianças a partir de seu primeiro ano de vida. Pela nova Lei de Diretriz e Bases da Educação, as creches passam a compor o sistema de ensino, fazendo parte da chamada educação infantil.

Agora, institutos de recreação têm que se enquadrar como creche. Vão passar por inspeções do Corpo de Bombeiros, da Inspetoria de Saúde e serão avaliados pela Secretaria de Educação inclusive em sua proposta pedagógica.

Convivência

O presidente do Sinepe ataca a Secretaria de Educação do Distrito Federal dizendo que ela “tem sido conivente com muitas escolas que se organizam longe do crivo da lei.” O presidente do Sinepe diz que a secretaria não tem um órgão fiscalizador à altura, capaz de controlar todas as escolas particulares que vão aparecendo.



Divulgação

O Ciman cumpriu à risca todas as recomendações da Secretaria de Educação para construir nova escola

Para abrir uma escola

- 1) Ir ao Departamento de Inspeção de Ensino da Secretaria de Educação, no 8º andar do Anexo do Buriti, para receber informações sobre como elaborar e apresentar a documentação necessária.
- 2) Obter alvará de funcionamento junto à Administração Regional.
- 3) Seguir todas as orientações sobre a adequação do imóvel para as atividades pretendidas, segundo a Portaria nº 58/97 e o Decreto nº 20.769 de 03 de novembro de 1999, ambos da Secretaria de Educação do Distrito Federal.
- 4) Constituir a mantenedora junto ao órgão responsável, de acordo com suas características (estatuto, contrato social, ou outros).
- 5) Dar entrada no processo junto à Secretaria de Educação, seguindo orientações básicas dos técnicos. Preencher a chamada Ficha nº 01, que tem por objetivo a reunião de dados essenciais que identificam e caracterizam a instituição.
- 6) Aguardar visitas de inspeção à instituição.
- 7) Acompanhar e facilitar a análise de documentos organizacionais como a proposta pedagógica, o regimento escolar e a apresentação do corpo docente. Realizar os ajustes necessários.
- 8) Acompanhar elaboração do relatório final ou Formulário Proposta. Ele conterá todas as informações sobre a escola solicitadas nos artigos 75 e 76 da Resolução nº 02/98 do Conselho de Educação do Distrito Federal. Entre elas estão a escrituração escolar, instalações físicas, recursos didáticos, mobiliário, equipamentos e recursos humanos.

“O projeto do governo para a montagem de uma escola é perfeito. O problema é o processo fiscalizador.”

Este mês, ele enviou carta à secretária Eurides Brito, pedindo providências com relação a escola Dromos, que começará a funcionar ano que vem na torre B do Terraço Shopping. O argumento é que o Plano Diretor de Brasília exige que as escolas sejam instaladas nas chamadas áreas especiais.

“Além disso, há legislação específica com critérios rigorosos sobre como deve ser realizada a construção e a montagem de uma escola.” E acrescenta: “Em volta do shopping há inúmeras áreas especiais que poderiam ser pleiteadas. O Candanguinho conseguiu lote e construiu no Sudoeste, o Ciman passou por uma novela para aprovar o projeto da escola que está sendo levantada na Octogonal. Por que as leis não são iguais para todos?”

Eurides enviou a carta ao DIE para que Leila o respondesse. A diretora declara que o Dromos tem alvará de funcionamento, plano pedagógico e toda a documentação necessária tramitando junto à secretaria para ser autorizada. “Todo cidadão tem o direito de dar entrada em processo de credenciamento e autorização. Foi o que os diretores do Dromos fizeram. Não estão ilegais”, garante ela.

Leila critica o Sinepe de querer exercer um papel que não é o seu: o de órgão fiscalizador. Para ela, o departamento não pode ter preconceitos, nem vetar processos antes de serem analisados.

Fortaleza

O Dromos anexou a planta baixa da escola que ocupa todo um andar e tem entrada isolada da entrada para as lojas do Terraço Shopping. “É um modelo que já existe em Fortaleza e está dando certo. A escola tem uma

proposta pedagógica séria e pode até mesmo estar abrindo um novo campo para as demais”, diz Leila.

“Não vamos aceitar críticas de um órgão que nem veio nos visitar ou convidar para que nos filieemos a ele. Temos que pensar na livre concorrência. Estamos abrindo mercado de trabalho para novos profissionais e queremos ser escolhidos pelas idéias que defendemos e pela qualidade da nossa proposta”, diz Amábele Pacios de Andrade, diretora do Dromos.

“Nossa proposta vai se somar às outras. Temos o nosso diferencial. Estamos lançando um novo conceito de ensino, aprendizagem e avaliação”, afirma o diretor da Dromos, Sinval Ramires.

Certificado

Esta semana, o Sinepe lançou o certificado Escola 100% Ano 2000, que será concedido todos os anos para as escolas filiadas ao Sinepe que estejam com toda a documentação em ordem e mantenham a qualidade de seus serviços. A novidade, no entanto, gerou polêmica. “Várias escolas de renome na cidade não são sindicalizadas. Será que o sindicato tem direito de fazer propaganda na TV dizendo para os pais procurarem apenas aquelas que recebem o certificado?”, questiona Amábele.

“Meu filho estuda no Sigma, que não é ligado ao Sinepe. A escola é excelente e só por isso não receberá o selo?”, pergunta um pai que prefere não ser identificado. Ronaldo Yung, diretor do Sigma, diz que a escola não é filiada ao Sinepe por opção e garante que não ter o selo não vai fazer a menor diferença para ela. “O importante para a gente é o Programa de Avaliação Seriada da UnB, o PAS, no qual somos os primeiros colocados. Só isso já basta.”